

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO 600/2022

PROCESSO 278/2022 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2022

I - EMENTA

Direito administrativo. Dispensa de Licitação. Aquisição emergencial de medicamentos em geral para o CONIMS e Municípios consorciados.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa em razão de justificativa do art. 24, IV da lei 8.666/93.

III- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a dispensa de licitação nº 041/2022, cujo objeto é a aquisição emergencial de medicamentos em geral para o CONIMS e municípios consorciados.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação inicial – evento 02
- 02) orçamento e cesta de preços – eventos 03
- 03) Solicitação de abertura de licitação – evento 04
- 04) Parecer Contábil – evento 05
- 05) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 06
- 06) Ato de Consórcio – evento 07
- 07) Justificativa de dispensa e termo de referência – evento 08
- 08) documentação propostas vencedoras – evento 09
- 09) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios – evento 10

É o relatório

IV– DO PARECER

O Setor Consultante informa ser necessária a aquisição emergencial de medicamentos em geral, conforme considerando indicados no Termo de Referência, em especial que os itens se enquadram dentre os de uso contínuo e imprescindível; que houve o ingresso de novos consorciados; que houve o término do saldo de Atas de Registros de preços firmada no âmbito do pregão eletrônico nº 039/2021 e nº 013/2021 e que as quantidades indicadas neste certame *é suficiente até a homologação* do novo processo para esse objeto.



Questionado sobre a existência de outro processo de aquisição por dispensa para objeto com a mesma descrição (dispensa de licitação nº 26/2022), o Setor de Licitação informou que o anterior contém itens (medicamentos) diversos dos contidos neste processo e que somente não foram aglutinados em um mesmo processo, pois neste, ainda estava pendente a obtenção de orçamento.

Não consta, entretanto, nessa Justificativa, o motivo para que essa aquisição não tenha sido mensurada nos processos de dispensa anteriores (26 e 28/2022) e o motivo pelo qual as compras realizadas nesses não suficiente. Resta esclarecer em que essa situação emergencial difere das dispensas anteriores.

Assim, somente se esclarecidos esses pontos, complementando-se a justificativa de evento 09, a contratação imediata, em caráter emergencial, pode ser considerada razoável, aplicando-se o disposto no artigo 24, IV da Lei 8.666/93, que dispõe que a licitação é dispensável quando:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

IV — nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (grifo nosso).

Quanto à formação do preço foram indicados os seguintes critérios de pesquisa:

3. PESQUISA DE PREÇO

3.1. *Procedeu-se a solicitação a diversos fornecedores de máscara descartável utilizando-se:*

- Dos endereços eletrônicos encontrados na internet*
- Dos fornecedores que habitualmente já entregaram em outras ocasiões ou entregam;*

Contudo, assim como alertado no Parecer Jurídico nº 361/2022, em recente entendimento do TCU, exige-se também a inclusão de pesquisa realizada junto a outras fontes, especialmente de outras compras públicas, o que foi atendido conforme bancos de preços:

“A pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo de licitação promovida por empresa estatal não deve se restringir, sem a devida justificativa, a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações similares realizadas por outras estatais. entidade que se abstivesse de admitir adesão à ata assinada em decorrência da Licitação Eletrônica 37-2020-07-01. Acórdão 2399/2022 Segunda Câmara, Representação, Relator Ministro Aroldo Cedraz. TCU.

Em se tratando de compra de medicamento, a urgência da contratação não pode afastar a também necessidade de atender à ampla busca de preços na forma exigida pelo TCE/PR (cesta de preços), deve haver justificativa do critério de escolha dos fornecedores consultados.

Importante também avocar a orientação do TCE/PR no Apontamento Preliminar de Acompanhamento APA nº 25796 realizado do Pregão eletrônico nº 39/2022, quanto a formação do preço, o que deve ser uma constante a ser adotada pelo setor de licitações. Por fim, deve constar do Contrato/Termo de Referência, com fundamento na mesma APA, a inserção de Código GTIN, bem como dos campos dos Grupos I80 (rastreabilidade do produto) e K (detalhamento específico de medicamento e de matérias-primas farmacêuticas) nas Notas Fiscais Eletrônicas dos medicamentos adquiridos, bem como a inclusão de informações sobre o número dos lotes de produtos farmacêuticos na Nota Fiscal e a apresentação de Autorização Especial da Anvisa (AE).

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esse parecerista se manifesta pelo prosseguimento do feito, se atendidas as ressalvas deste parecer.

Pato Branco, 26 de dezembro de 2022.



Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313